

Lei nº 13 de

15-2-1964

Dispõe sobre a cobrança do Imposto Territorial Urbano.

O povo do Município de Flumina, por seus Representantes, decreta e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º: O imposto territorial urbano sobre áreas edificadas passa a ser cobrado da seguinte forma:

- a) de valores até br\$ 20.000,00 4%
- b) " " de 20.001,00 até 50.000,00 3%
- c) " " " 50.001,00 em diante 2%

Artigo 2º: O imposto territorial urbano sobre áreas não edificadas, será cobrado da seguinte forma:

- a) de valores até br\$ 10.000,00 4%
- b) " mais de 10.000,00 até 20.000,00 6%
- c) " " " 20.000,00 " 50.000,00 8%
- d) " " " 50.000,00 " 100.000,00 10%
- e) acima de br\$ 100.000,00 12%

§ único: o mínimo do imposto será de br\$ 300,00 por ano, por lote.

Artigo 3º: O imposto a que se refere o artigo 2º desta Lei, incide sobre todos os terrenos não edificados, murados, cercados ou em aberto, situados nas zonas urbanas e suburbanas do município, delimitados por Lei municipal.

Artigo 4º: para os efeitos da Lei são considerados terrenos vagos ou não edificados:

- a) Os que não contem construções.
- b) Os em construção, enquanto não for devido o imposto predial.
- c) aqueles em que existirem obras interditas ou paralisadas, ou ainda em discussão.
- d) os que constituem dependências das edificações nele existentes, desde que as testadas dos mesmos contenham, no mínimo oito metros de um lado, a contar das paredes divisorias das edificações.

Artigo 5º: O prazo para pagamento dos impostos Territorial Urbano e Predial será até 31 de maio de cada ano.

§ unico: após o vencimento do prazo supra, será acrescida a multa de 10% no 1º mês e 20% nos seguintes.

Artigo 6º: É facultado à Prefeitura o direito de mandar limpar os terrenos vagos, não limpos ou gelados pelo proprietário, debitando-lhe o preço da limpeza.

§ unico: a cobrança dos impostos de limpeza será feita quando do pagamento dos impostos.

Artigo 7º: Revogadas as disposições em contrario esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Mando portanto, a todos a quem o conhecimento desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

em 15-2-1964
João Minuzzi

Antonio M. M. M. M.